

Valor justo



A Teoria da Contabilidade é fundamentada em pesquisas e estudos validados internacionalmente pela comunidade científica, pois é aderente à filosofia e a metodologia científica, bem como aos Modelos Contábeis de Mercado. Portanto, não é uma visão puramente Legal (normativa) – vai muito além de Normas (Leis). Não obstante, na maioria dos casos, a legislação brasileira é convergente com a doutrina

Ainda hoje, há certa confusão entre o que é teoria e o que é norma contábil. Precisamos, contudo, entender que a doutrina contábil apresenta sustentação científica. Hoje, já temos convergência internacional significativa em decorrência das necessidades sociais e dos esforços dos profissionais da área. Não obstante, há alguns atropelos da legislação tributária, p. ex. O importante é que o profissional deve conhecer e aplicar adequadamente todas as vertentes, sem divergir dos princípios e dos aspectos qualitativos da informação contábil útil

A Resolução 750/93, alterada pela Resolução 1.282/10. Como em qualquer outra ciência a contabilidade possui seu arcabouço conceitual baseado em:

Postulados;

Princípios;

Convenções.

São as bases sobre as quais se desenvolve todo o raciocínio contábil (o ambiente e as condições em que a contabilidade deve atuar). São comumente chamados de "Pilares da Contabilidade", por serem a base de toda a teoria contábil. Subdividem-se em:

Postulado da Entidade;

Postulado da Continuidade.

Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade, afirmando a autonomia patrimonial da entidade, pela necessidade de diferenciar o Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Neste postulado admite-se a entidade como algo em continuidade (going concern), cuja principal finalidade é gerir e utilizar ativos, não para serem vendidos, mas para servirem à entidade no esforço de produzir benefícios futuros (ou receita).

Em síntese, estes postulados admitem que a Contabilidade é mantida para a entidade, de forma distinta de seus sócios, supondo-se ainda que continuará operando por um longo período de tempo.

Os princípios dão suporte aos postulados e a sua observância constitui a condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). São eles:

Oportunidade;

Registro pelo Valor Original;

Competência.

Este refere-se ao processo de mensuração e apresentação das informações sobre os componentes patrimoniais de forma íntegra e tempestiva.

A falta de integridade e a tempestividade na produção e na divulgação das informações pode ocasionar perda de relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade.

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do Patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: Custo Histórico e Variações do Custo Histórico.

Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo (fair value) dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.

Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações (valor atual ou descontado).

Uma vez integrado ao patrimônio pelo custo histórico, os componentes patrimoniais podem sofrer variações decorrentes de fatores, afetando a mensuração com as seguintes bases:

Custo Corrente;
Valor Realizável;
Valor Presente;
Valor Justo.

Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.